

Aconteceu

CONSTITUINTE APROVA DIREITO AMPLO DE GREVE

(Págs. 3,4 e 5)

Foto: João Roberto Ripper



O pastor José Carlos Torres, da Igreja Batista, foi um dos evangélicos que criticaram a ação dos parlamentares na Constituinte.

**Evangélicos reagem e condenam os fisiológicos
que vendem votos em nome da fé (Pág. 12 e 13)**

**Professores do
Paraná desafiam
governo do Estado
(Última página)**

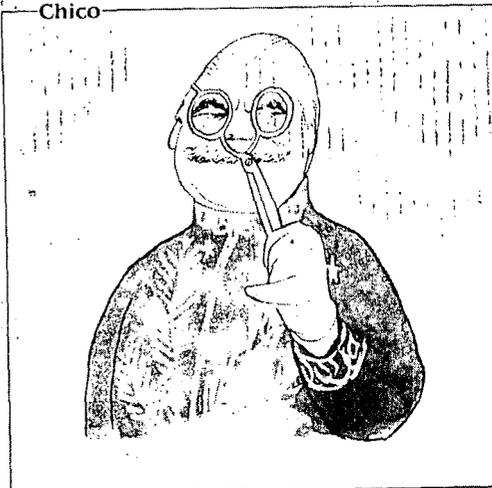
**Trabalhadores rurais
denunciam regime de
escravidão na fazenda
(Pág. 10)**

Sarney diz que governo paga mal e defende privatização

Num momento em que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tenta controlar a folha salarial do funcionalismo público, o presidente José Sarney garante que o Estado "está sendo mau pagador, hoje, não só para os seus fornecedores, mas sobretudo para os seus empregados". Essa afirmação do presidente foi feita dia 12 de manhã, na "Conversa ao pé do rádio".

O presidente disse que o Estado passou a ser também um mau administrador, além de prestar serviços ruins e fazer produtos inferiores. E, dentro deste contexto, destacou a importância da instalação do Conselho de Desestatização. Para o presidente, o problema da privatização deixou de ser uma discussão ideológica e passou a ter uma única solução: a de retirar o Estado das áreas em que ele não tem necessidade de estar.

Chico



Na "Conversa ao pé do rádio", o presidente Sarney comentou que o Estado não dispõe mais de recursos para investir em setores não estratégicos e necessários.

(O ESP - 13/08/88)

Vereador do Rio tem muitas mordomias

Não são poucos os benefícios e as vantagens que esperam um candidato a vereador, que se elege em 15 de novembro próximo. Mesmo que não se envolva nos já tradicionais "trens da alegria", não será difícil para este novo parlamentar viver tranquilamente durante os seus quatro anos de mandato:

- . Os salários são de CZ\$ 800 mil, segundo os valores de hoje, com reajustes determinados com base nos aumentos concedidos aos Deputados estaduais.
- . Carro oficial e dois motoristas à disposição.
- . Quinhentos litros de gasolina ou álcool por mês.

- . Mil cartas ou telegramas mensais com franquias.
- . Ajuda de custo para passagens aéreas.
- . Cinco mil folhas de papel xerox a cada 30 dias.
- . Uma máquina xerox própria.
- . Mimeógrafo eletrônico para elaboração de prospectos e manifestos.
- . Edição de um livro a cada ano, por conta da Câmara Municipal.
- . Nomeações para 18 cargos de confiança em seu gabinete.
- . Lotação sem limite de outros servidores.
- . Dois gabinetes: um político e outro administrativo.

Aconteceu
 No. 467 - agosto de 1988
 CEDI Centro Ecumênico
 de Documentação
 e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 Fundos
 Telefone: 205-5197
 22241 - Rio de Janeiro - RJ

 Av. Higienópolis, 963
 Telefone: 825-5544
 01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
 Anivaldo Padilha
 Ary da Costa Pinto
 Carlos Alberto Correia da Cunha
 Carlos Alberto Ricardo
 Heloisa de Souza Martins
 Henrique Pereira Júnior
 Marcus Vinícius Grod Borges
 Neide Esterci
 Sérgio Alli
 Vera Maria Massagão Ribeiro
 Xico Teixeira

Coordenador:
 Jeiker Pereira Ramalho

Editor
 Xico Teixeira
 Editora assistente
 Lígia Dutra
 Composição
 Katia Simões
 Produção Gráfica
 José Truda Jr.
 Lúcia Carrera
 Fotolitos e Impressão
 Tribuna da Imprensa

Aprovado direito amplo de greve

André Duck/AF



Valeu o esforço concentrado: mais de 400 constituintes compareceram ao plenário

A partir da promulgação da nova Constituição, os trabalhadores, inclusive os funcionários públicos, terão direito pleno de greve. Eles é que decidirão sobre a oportunidade e os motivos das paralizações, que não poderão mais ser declaradas ilegais pelos tribunais, como ocorre hoje. Na prática, as atuais regras ditadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já não são obedecidas, mas agora a liberdade passará a ser oficial.

"Foi a maior vitória do movimento sindical brasileiro em toda a sua história", comemorou o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB. Junto a outros constituintes de centro-esquerda, ele bateu palmas demoradamente ao ver no placar a derrota da emenda que pretendia restringir o direito de greve. Apesar do apoio das bancadas do PDS e PFL, a proposta restritiva, feita pelo deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), integrante do **Centrão** e representante dos empresários, recebeu 287 votos contrários e 112 favoráveis, com oito abstenções.

"É o fim da picada. A greve deixou de ser o último recurso dos trabalhadores. Agora, eles estão sendo intimados a fazer greve", esbravejou o deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS, por entender que, assegurando o direito pleno de greve, a Constituinte abriu a brecha legal para os sindicatos decretarem greves políticas ou de solidariedade a outras categorias profissionais. Menos ir-

ritado, embora preocupado com o resultado, o senador Albano Franco (PMDB - SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, disse acreditar no "jeitinho brasileiro" para breçar radicalizações.

Abusos

A última restrição ao direito pleno de greve ficou para os trabalhadores dos serviços essenciais. Numa fórmula a ser definida futuramente em lei, os sindicatos representantes dessas categorias (transporte, telecomunicações, água, luz, bancários, serviços hospitalares e públicos) terão de manter os serviços em funcionamento para não prejudicar a população. Os eventuais abusos (danos ao patrimônio ou agressões físicas) serão punidos.

Agora acabou a violência contra as greves", disse o deputado José Genoíno (PT-SP). Pelas regras já aprovadas pela Constituinte para o funcionamento dos sindicatos, os Tribunais Regionais do Trabalho não poderão julgar a legalidade de qualquer tipo de greve. Só os acordos entre empregados e empregadores poderão pôr um ponto final nas paralisações. A Constituinte consolidou ainda outro direito trabalhista: os empregados que ocupem cargos de direção ou representação sindical, mesmo se na suplência, não poderão ser demitidos antes de um ano após o final do mandato. (JB - 17/08/88)

Acordo beneficiará professores

Os professores universitários também terão direito a aposentadoria especial, aos 30 anos de trabalho para o homem e aos 25 anos para a mulher, a exemplo do que conseguiram os docentes do 1º e 2º graus, na primeira fase de votação. Este, pelo menos, foi o acordo fechado entre as lideranças partidárias que estão negociando o capítulo que trata da seguridade.

Nenhum outro item, até agora, havia conseguido reunir tanto consenso como essa questão, que recebeu o maior número de emendas - 40 - para o segundo turno de votações da Constituinte.

Apesar do apelo do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que sejam poucos os pontos sem acordo, acelerando os trabalhos, pelo menos oito itens serão decididos no voto: exclusão das riquezas do subsolo como bens da União; distribuição de gás canalizado; supressão da nacionalização da exploração de minérios; destinação dos recursos públicos; aposentadoria proporcional aos 30 anos de trabalho para o homem e aos 25 anos para a mulher; comercialização do sangue e seus derivados; e desapropriação da propriedade produtiva para fins de reforma agrária

Os artigos sem chances de acordo

- Nacionalização da exploração de minérios

- Destinação dos recursos públicos
- Aposentadoria proporcional
- Comercialização do sangue
- Desapropriação da propriedade produtiva

Pontos polêmicos em negociação

. Exploração por empresas estatais ou sob seu controle dos serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados. O Centrão quer permitir que empresas privadas possam explorar tais serviços.

. Censura indicativa para programas de rádio e televisão. O PFL quer retirar do texto.

. Organização do abastecimento agropecuário. O texto é estatizante, segundo o Centrão, que quer alterá-lo.

. Definição de empresa nacional. O Central quer acabar com restrições ao capital estrangeiro.

. Prioridade de empresas de capital nacional na aquisição de bens e serviços. O Centrão quer eliminar a restrição.

. Desapropriação da propriedade urbana. A esquerda não quer que estejam sujeitas à desapropriação áreas subutilizadas e alega que a definição é subjetiva. Quer que não haja critérios sucessivos para desapropriação, mas que a desobediência de qualquer destes critérios sejam suficientes para a desapropriação. (O ESP - 13/08/88)

Licença-paternidade é confirmada

Por acordo entre as lideranças a Constituinte consagrou dia 10 o princípio da licença-paternidade, remetendo para a legislação ordinária o período de folga a ser concedido ao trabalhador quando a mulher ganhar filhos. O plenário manteve ainda o dispositivo que garante o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Um dos temas mais polêmicos do capítulo dos Direitos Sociais, o princípio

da licença-paternidade foi mantido no texto constitucional por 410 votos a favor, três pela rejeição e duas abstenções.

A emenda aprovada foi motivo de acordo entre as lideranças políticas e foi defendida pelo autor, Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do Centrão. Ela obteve parecer favorável do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Constituinte limita a 6 horas turno de reveasamento

A Constituinte aprovou a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de reveasamento, mas retirou do texto votado no primeiro turno a palavra "máxima". Isso significa que 1,8 milhão de operários beneficiados poderão negociar com as empresas a manutenção da jornada de oito horas, cumprida atualmente.

Presidente, durante seis anos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Paulo (PT) é o autor da fórmula, aprovada por acordo de lideranças. Ele disse que "o operário não agüenta mais de 15 anos um trabalho com turno ininterrupto de oito horas. Ele adocece facilmente, tem problemas circulatórios, psíquicos, de sonolência e de adaptação familiar e social."

Enquanto João Paulo discorria sobre os malefícios do turno de oito horas, circulava pelo plenário, combatendo a jornada de seis horas, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente da siderúrgica Gerdau.

"Essa é a solução ideal, porque acaba com a polarização da discussão entre seis e oito horas de trabalho. Essa é uma radicalização empresarial sem precedentes, que não justifica que um homem desses - referia-se a Gerdau - venha aqui ameaçar parar com os trabalhos da Constituinte", disse o deputado do PT. Segundo João Paulo, os últimos 120 minutos da jornada ininterrupta de oito horas são os mais penosos para o operário, gerando dano à pessoa e ao equipamento.

João Paulo dizia que a aprovação de sua emenda seria

uma vitória histórica para os que trabalham no setor de siderurgia, petróleo, montadoras de automóveis, papel, cimento, mecânica, eletricidade e metrô.

Pelos seus cálculos, as despesas que resultarão da limitação da jornada ininterrupta de trabalho serão irrelevantes, algo em torno de 0,57 no preço do produto, o que é irrisório diante da inflação. Ele acrescentou que esses números foram obtidos com base nos custos do setor siderúrgico. Em sua opinião, a redução da jornada para seis horas terá duas consequências imediatas: aumento da produtividade, porque o trabalhador descansará mais e redução das faltas.

O plenário festeja a aprovação da jornada de 6 horas.

A esquerda saudou com entusiasmo, dia 10, o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que subiu à tribuna para defender a manutenção da jornada de seis horas para os trabalhadores de turnos ininterruptos. Konder resistiu às advertências do presidente Ulysses Guimarães, no sentido de que encerrasse seu pronunciamento, e empolgou, durante 12 minutos (sete além do tempo previsto) ativistas do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, que faziam o lobby para a manutenção da proposta. Ao deixar a tribuna, ele recebeu um longo abraço da deputada Abigail Feitosa (PSB-BA): "Seu discurso foi perfeito", disse ela. O deputado Nelton Friedrich (PSDB-PR) também cumprimentou-o. (JB - 11/08/88)

ABC paulista aplaude a aprovação

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, afirmou dia 10, que a aprovação do turno de seis horas e de outros direitos sociais no segundo turno é "consequência da mobilização dos trabalhadores nas últimas semanas, que foram às ruas e deixaram claras a sua disposição de luta".

ção de luta".

- Apesar de estarmos contentes com essas conquistas, acho que isto não é motivo para festa. Temos que recordar que questões importantes como a reforma agrária, a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais não foram aprovadas - acrescentou.

Presidente muda comandos no Equador

O comando militar equatoriano foi totalmente reformulado dia 12, num ato qualificado de legal, normal e democrático pela agência oficial de notícias **Sen-dip**. A mudança ocorreu poucas horas depois da posse do novo presidente do Equador, Rodrigo Borja Cevallos. "A iniciativa de deixar os comandos partiu dos próprios chefes militares", acrescentou a agência.

Borja aceitou os pedidos de afastamento dos militares que serviram o governo anterior, do presidente Leon Febres Cordero. Como comandante supremo das Forças Armadas, designou o general de divisão German Ruiz para o comando do Exército, o vice-almirante Hugo Unda Aguirre para a Marinha e o coronel Mario Naranjo para a Aeronáutica.

Castro e Alfonsín

Depois de anunciar a nova composi-

ção do comando das Forças Armadas, o presidente equatoriano dirigiu-se ao aeroporto de Quito, onde se despediu dos presidentes Mário Soares, de Portugal, e Daniel Ortega, da Nicarágua, que assistiram à cerimônia de posse.

Ortega aproveitou sua estada de um dia em Quito para conversar com vários chefes de governo convidados para a posse de Borja, entre os quais Fidel Castro, de Cuba, Julio Maria Sanguinetti, do Uruguai, Virgilio Barco, da Colômbia, e Raúl Alfonsín, da Argentina.

Alfonsín manteve uma longa conversa com Castro, a terceira desde que o presidente argentino assumiu o cargo. Alfonsín tentou diminuir a importância da reunião com o líder cubano, limitando-se a dizer que discutiram apenas questões relacionadas com a dívida externa. Mas os sessores do presidente argentino garantiram que o plebiscito no Chile fez parte da pauta.

Governo brasileiro prestigia Stroessner

O General Alfredo Stroessner prestou dia 15 juramento no Congresso para iniciar o seu oitavo período presidencial consecutivo desde que, há 34 anos, assumiu pela primeira vez o poder no Paraguai. Após a cerimônia, assistida por algumas missões especiais de outros países, entre elas do Brasil, chefiada pelo Chanceler Roberto de Abreu Sodré, Stroessner dirigiu-se ao Palácio de Governo onde tomou o juramento dos seus Ministros de Estado, dos quais apenas dois não faziam parte da equipe anterior: o Chanceler Rodney Acevedo e o Ministro da Econo-

mia, General Elvio Martino. Depois da saudação de seus funcionários e dos representantes das missões diplomáticas acreditadas ante o Governo, o Chefe de Estado assistiu a um desfile militar na Avenida Mariscal Lopez. Stroessner chegou ao poder no dia 4 de maio de 1954 mediante um golpe de Estado. Em 15 de agosto, foi declarado Presidente constitucional, após ser eleito em um pleito em que foi o candidato único. A partir de então, foi reeleito sucessivamente em eleições realizadas em 1968, 73, 83 e agora em 88. (O Globo - 16/08/88)

Democrata Dukakis na frente de Bush

O candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, Michael Dukakis, está 14 pontos percentuais à frente do republicano George Bush na preferência do eleitorado, segundo uma pesquisa de opi-

nião divulgada pela rede de televisão **NBC** e pelo **Wall Street Journal**. Dukakis obteve 50% das intenções de voto contra 36% de Bush. A margem de erro da pesquisa é de 3%.

Eleitor pode apresentar projeto

A Constituinte, que, no início de seus trabalhos, rejeitou grande parte das 122 emendas populares apresentadas por 12,2 milhões de eleitores - decidiu dia 16 que, promulgada a nova Carta, os brasileiros poderão propor projetos de lei para discussão e votação no Congresso, sem esperar pela iniciativa de deputados e senadores. Esse mecanismo é praticado desde 1947 na Itália e, há menos tempo, na Espanha e em Portugal. Como cada projeto precisará de no mínimo 700 mil assinaturas, os 12,2 milhões de eleitores pioneiros poderiam apresentar 17 emendas.

O povo também será chamado a se manifestar diretamente em plebiscitos e referendos sobre questões consideradas relevantes. Já está marcado um plebiscito para 1993, quando os brasileiros escolhe

rão entre república e monarquia e, se república, entre presidencialismo e parlamentarismo.

"Isso será muito útil para conscientizar e estimular uma real participação da sociedade nas decisões políticas", comentou o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Nos próximos dias, a Constituinte deverá aprovar o artigo 63, em que a iniciativa popular é regulamentada.

Mas não será apenas no nível federal que o povo poderá tomar iniciativa. Pelo artigo 30, a nova Constituição diz que os eleitores poderão também propor leis de interesse específico de sua municipalidade. Portanto, numa cidade de 20 mil habitantes, o cidadão interessado precisará arrecadar apenas mil assinaturas - 5% do eleitorado.

Jovem de 16 anos agora é eleitor

Promulgada a nova Constituição, o jovem maior de 16 anos terá o direito a votar em todas as eleições. Apesar de fortes resistências dos partidos conservadores, a Constituinte confirmou o direito aprovado em primeiro turno, arrancando gritos e aplausos de integrantes da União da Juventude Socialista, ligada ao PC do B, que ocupavam as galerias. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), porém, já afirmou que, nas eleições deste ano, os jovens de 16 anos não votarão porque não há mais tempo útil para cadastrá-los.

Aborrecido com a redução da idade mínima para o alistamento eleitoral, o deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) começou a angariar apoio nas bancadas do PFL, do PTB e do PDS para um projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dá maioria civil e penal a partir dos 16 anos. Assim, o jovem poderia, por exemplo, se casar ou viajar sem autorização de seus pais ou de juiz. Da mesma forma, se o adolescente cometesse um crime, como um atropelamento ou assassinato, também seria responsabilizado,

sendo indiciado criminalmente e podendo ser preso.

Sem tempo

Apesar dos conservadores terem argumentado que tanto nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Inglaterra, e nos países socialistas, como Hungria e Polônia, o direito ao voto é assegurado depois dos 18 anos, a proposta ganhou um reforço especial com a ida à tribuna do senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), 82 anos. Desafiando as regras regimentais, falou por 12 minutos (o normal são cinco minutos), arrancando palmas e palavras de ordem da galerias, diante de um Ulysses complacente com a infração ao regimento.

"Temos que progredir, não regredir", disse, lembrando que o voto aos 18 anos foi assegurado pela Constituição brasileira de 1934. O apoio do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, reforçou a decisão do plenário. (JB - 17/08/88)

Acontecendo

Cargo de Ivan

Ao negar, dia 10, que tivesse recebido a carta de demissão do ministro Mailson da Nóbrega, o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que foi portador das demissões de Dilson Funaro, Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães, observou, bem-humorado:

“Estão querendo mudar o meu cargo para ministro-chefe dos pedidos de demissão?...” (Painel FSP, 11/08/88)

Dúvida

Quanto mais intensos eram os rumores sobre a saída de Mailson da Nóbrega, dia 10, um assessor do Planalto ofereceu “enérgico” desmentindo:

“Como é que o presidente vai demitir um ministro que acaba de ser tão elogiado pelo general Leonidas?” (Painel FSP, 11/08/88)

“Sarneylândia”

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) acusou Sarney, de estar cumprindo “seu desejo inconfessável de transformar nosso país em um grande Maranhão”.

Acentuou que o presidente está fazendo de Brasília “um brinquedo para seu deleite e divertimento”, transformando-a numa “Sarneylândia”. (Painel FSP, 11/08/88)

Vale tudo

Quando tentava esvaziar dia 10 os trabalhos constituintes, retirando-se do plenário com um pequeno grupo de parlamentares, o deputado José Lourenço agarrou, por engano, no braço de um jornalista.

“Vamos sair”, ordenou Lourenço.

Mas eu não sou deputado”, respondeu o jornalista.

“Vamos sair assim mesmo”, completou Lourenço. (Painel FSP, 11/08/88)

Dia D

Os tucanos paulistas poderão dar hoje uma guinada de 180 graus nos seus planos para a candidatura à Prefeitura de São Paulo.

Com o ex-governador Franco Montoro no estaleiro, por um mês ou mais, em consequência de uma pneumonia, só restarão ao atual candidato dois meses para fazer campanha.

Generosidade de Mailson

Através de portaria assinada no dia 4 de julho, o ministro Mailson da Nóbrega reajustou em 100% as gratificações dos auditores do Tesouro Nacional.

Esse tipo de cargo foi criado pelo próprio Mailson, em janeiro.

Mailson sempre criticou colegas de ministérios e estatais que deram aumentos a seus funcionários. (Painel FSP, 11/08/88)

Conspiração

Quando o líder pefelista José Lourenço comandava a tentativa de obstruir os trabalhos constituintes, dia 10, o líder do PCB, Roberto Freire, quis levantar uma questão de ordem, mas o microfone pifou.

Ulysses Guimarães não se conteve:

“Mas até os microfones estão conspirando contra nós?...” (Painel FSP, 11/08/88)

Comércio livre

Quando chegou ao Congresso a notícia de que Roberto Cardoso Alves, do Centrão, seria o novo ministro da Indústria e do Comércio, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) foi até o microfone de apartes e comentou:

“Pronto, acaba a indústria e começa o comércio.” (Painel FSP, 11/08/88)

Na bucha

Quando, no meio da tarde do dia 10, se anunciava no plenário da Constituinte que o ex-deputado Ralph Biasi (PMDB-SP) chegava a Brasília para acertar seu ingresso no comando do Ministério da Ciência e Tecnologia, o deputado Euclides Scalco (PSDB-PR) comentou com o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP):

-Demorou, mas o Quércia, depois de um ano e meio, conseguiu a vaga de Ralph.

Resposta rápida de Fernando Henrique:

-Pois é. Até que enfim... o crime compensa. (Informe JB, 11/08/88)

Quinta de Sarney

Desabafo de Sarney diante da notícia de que havia adquirido uma quinta de US\$ 1 milhão nas redondezas de Lisboa:

“Não preciso de nenhuma quinta. O meu gabinete no Planalto já é uma quinta. A quinta dos infernos!...” (Painel FSP, 11/08/88)

Prefeitura do Maranhão paga Cz\$ 30 a serventes e Cz\$ 60 a professores

O prefeito do município de Araióses, a 498 quilômetros de São Luís, Tito Gomes (PMDB), está pagando Cz\$ 60 a professores leigos e Cz\$ 30 a serventes. A denúncia é do deputado estadual Carlos Blaide. Ele lembrou que a quantia paga a um professor em Araióses é suficiente apenas para comprar meia dúzia de bananas ou um copo de leite, e representa 0,3% do piso nacional de salário que é

Cz\$ 15.552,00. Como complementação salarial, os professores recebem dos alunos do 1º grau alimentos como farinha, galinha, ovos e frutas. O vice-governador do estado, João Alberto de Souza (PFL), político da região, confirmou as denúncias lembrando que em janeiro o salário desses professores era de Cz\$ 32,50 e o das serventes, Cz\$ 19,00.

(JB - 13/08/88)

Estado não resolve déficit escolar

O Grande ABC (SP) será beneficiado com 139 das 1.600 salas de aula anunciadas pelo governador Orestes Quércia a serem construídas em todo o Estado. Apesar de minimizar o problema de superlotação nas escolas estaduais da região, a medida não será suficiente para que a jornada única seja implantada em todas as unidades de ensino a partir do próximo ano. No início do atual período, 16% dos 351 estabelecimentos locais deixaram de aplicar a jornada única por falta de espaço físico, enquanto outros 5% implantaram o

sistema parcialmente, ou seja, apenas no primeiro ano do ciclo básico.

Diadema, município onde o problema é dos mais graves devido ao acelerado crescimento populacional, as 54 novas salas não implicarão a total implantação da jornada única, hoje sem possibilidade de funcionamento em 18 das 55 escolas da cidade. Tampouco as 22 unidades que funcionam com quatro períodos deixarão de lado a sistemática, contrária a qualquer modelo pedagógico. (Diário Grande ABC - 09/08/88)

Associação investiga salários de auditores

A Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina vai requerer oficialmente a formação de uma comissão especial da Assembléia Legislativa para realizar uma auditoria no órgão e apurar possíveis irregularidades, segundo informação do presidente da entidade, Romeu João da Silva. Entre as irregularidades mencionadas estão a aprovação de contas de prefeituras do interior e as diferenças salariais. "Eu espero que a Associação fiscalize o Tribunal, que é seu órgão auxiliar, e me convide a depor, pois tenho tudo documentado", explicou o presidente da Associação.

O diretor-administrativo do Tribunal, José Ricardo Coas, negou a existência de auditores com supersalários, incluindo Evângelo Diamantaras, Alvaro Sel

va Gentil e Aureo Vidal Ramos, apontados como recebedores de vencimentos de Cz\$ 1,5 milhão. "Um auditor recebe hoje Cz\$ 273 mil, além de vantagens adicionais por tempo de serviço e verba de representação", explicou. Assegurou, entretanto, que as vantagens adicionais não poderiam elevar os salários a Cz\$ 1,5 milhão. Já o presidente da Associação dos Servidores considerou que "é provável que esteja perto disso", e prometeu apresentar provas, se convidado a depor pela comissão da Assembléia. O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Carlos Augusto Caminha, recusou-se a receber jornalistas e não permitiu que qualquer contra-cheque de auditores ou conselheiros fosse fotografado, o que serviria para provar que os vencimentos são inferiores às denúncias. (JB - 11/08/88)

Trabalhadores escravizados fogem e denunciam

O fazendeiro Joaquim de Lourenço de Matos, foragido desde dia 9, mantinha no município de Paragominas, 217 quilômetros a sudeste de Belém, no Pará, mais de 80 trabalhadores em regime de escravidão, na Fazenda São Judas Tadeu, com 164.400 hectares. A denúncia é de dois trabalhadores que fugiram segunda-feira, dia 8. Eles se dirigiram a Paragominas para fazer a denúncia às autoridades, o que motivou uma diligência até a sede da fazenda, onde foram encontradas evidências de que Lourenço de Matos também submetia seus homens a torturas "tão cruéis e desumanas quanto as de que se tem notícia da época da escravidão no Brasil", segundo um policial.

Lourenço obrigava seus trabalhadores a regime forçado de trabalho, de sol a sol; não lhes pagava nada por isso, a não ser um prato de comida por dia, temperada com água e sal. O fazendeiro concedia ainda permissão para cada um beber água duas vezes por dia, conforme depoimento das vítimas à Polícia Federal. Para manter seus escravos no âmbito da fazenda, Lourenço de Matos distribuía pistoleiros com rifles e carabinas pelos limites da propriedade, com ordem de atirar para matar se alguém tentasse fugir. A noite, de acordo com os relatos à Polícia Federal, todos os trabalhadores eram recolhidos a uma autêntica senzala e acorrentados pelos pés a uma viga no teto.

Os maranhenses Francisco de Oliveira, 32 anos, e Paulinho Alves Cardoso, 33, conseguiram escapar dessa senzala com mais quatro companheiros. Exibindo sinais de tortura pelo corpo inteiro, principalmente nas pernas, eles chegaram a Paragominas, distante 150 quilômetros da sede da fazenda, depois de uma fuga cansativa, para denunciar os maus tratos a que foram submetidos pelo fazendeiro, que segundo eles é português, e seus capangas.

A Polícia Federal deslocou vários homens, que estão envolvidos na operação mosaico, de combate ao narcotráfico, para tentar capturar Lourenço de Matos, mas a busca ainda não obteve êxito. Ao saber da aproximação dos agentes e da fuga dos seis homens, Lourenço ordenou a libertação dos demais trabalhadores e desapareceu. O inspetor Domingos conseguiu apenas apreender instrumentos de tortura utilizados na senzala, como correntes, cadeados, açoites e ferrões, com os quais os homens eram fustigados durante a jornada de trabalho, para não diminuir o ritmo.

Oliveira e Cardoso, que fugiram pelo meio da mata, caminhavam até o amanhecer e ficavam escondidos durante o dia, para prosseguir só à noite, com medo de serem surpreendidos pelos pistoleiros de Lourenço de Matos.

(JB - 11/08/88)

Sem terra perdem barracos em Pirituba

Cerca de 280 homens do 4º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (4º BPM/M) foram mobilizados dia 9 para acompanhar a operação de quatro oficiais de Justiça encarregados de cumprir um mandado de reintegração de posse de um terreno onde estão 380 barracos e dois mil sem-terra em Pirituba (zona oeste de São Paulo). Até dia 9, tinham sido desmontados cerca de 20 barracos por 80 homens contratados por Sérgio Marques da Silva Ayrosa e Hermínio Ayrosa Moraes, proprietários das duas glebas com mais de 100

mil m², ocupadas desde janeiro. O subco mandante do 4º BPM/M, Máximo Monteiro dos Santos França Filho, 42, coordenou a operação. Entre 15h10 e 15h30 quatro barracos pegaram fogo, sem vítimas.

Clayton Benedito da Silva, 26, limpador de vidros da Secretaria Municipal de Habitação, teve o seu barraco atingido pelo fogo. Silva que ganha CZ\$ 22 mil por mês, disse que "o negócio" era invadir outra área, pois não pode pagar aluguel.

(Folha S.P - 10/08/88)

Yanomani morrem de sarampo, malária e água contaminada

Funcionários da Delegacia Regional da FUNAI em Boa Vista, revelaram que o surto de doenças endêmicas que atingiu 100% da população indígena de Roraima já matou 25 Yanomami. Os técnicos do órgão que estão percorrendo as matas desde o início de maio, disseram que os índios foram contaminados pela malária, sarampo e intoxicação generalizada.

O registro dos casos mais graves foi obtido através de informações passadas por garimpeiros, na região de Tucuxim. Segundo o delegado da FUNAI, Raimundo Nonato, vem morrendo um índio quase todos os dias, atacados por malária e

intoxicação, decorrente da água contaminada dos garimpos mais próximos. O plano emergencial da FUNAI já conseguiu aplicar 1.162 doses de vacina do calendário básico - DPT, Sabin, anti-sarampo, BCG e antitetânica, mas não foi possível ainda erradicar o surto. As áreas visitadas até o momento pelos médicos do órgão foram: Ericó, Baixo Mucajai, Auaris, Olomai, Ukais e Polimiu.

Raimundo Nonato não tem dúvidas de que a presença dos garimpeiros na terra dos Yanomami, seja o principal motivo de tantas doenças. (A Crítica de Roraima - 07/08/88)

Madeireiras constroem ponte em área indígena para extrair madeira

As madeireiras que exploram clandestinamente madeiras em áreas indígenas de Roraima e Mato Grosso não respeitam nada. Segundo uma informação que chegou dia 8 em Porto Velho, uma delas construiu uma ponte de 30 metros sobre o rio Aripuanã, que corta o Parque Indígena Aripuanã, e está extraindo grande quantidade de madeiras das florestas dos Cinta-Larga. (Correio Braziliense - 06/08/88)

Exploração de madeira em reserva será punida

O procurador-geral do Ministério Público Federal, em Rondônia, Antônio Carlos Pessoa Lins, disse que a Polícia Federal vai prender e processar quem for encontrado nas reservas indígenas explorando madeira. Ele informou já ter entrado em contato com a PF para que a operação nas reservas indígenas seja iniciada o mais rápido possível. Para o procurador, a prisão será o único meio de vencer os exploradores de madeira de que a lei deve ser cumprida. (O ESP - 9/8/88)

Mineiros invadem reserva dos Uru-Eu-Wau-Wau

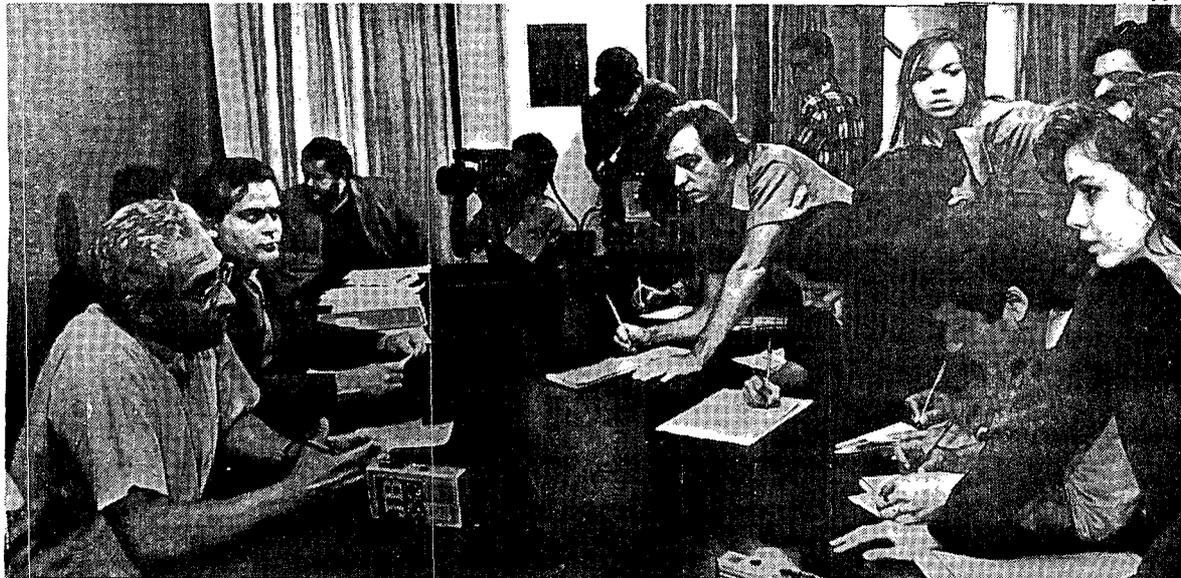
As invasões às reservas indígenas em Rondônia estão ficando cada vez mais sérias. São madeireiras, posseiros, garimpeiros mineradoras, invadindo as terras dos índios, causando-lhes todos os tipos de problemas. O CIMI de Porto Velho, recebeu a denúncia de que a Mineradora Metalcom descobriu diamantes na reserva dos Uru-Eu-Wau-Wau, e está levando dezenas de trabalhadores para a área, através de helicópteros, para explorar o mineral. (Diário Popular - 11/08/88)

Colonos voltam à reservapor decisão judicial

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia, Vicente Rodrigues de Moura, informou dia 13 que as 200 famílias que foram expulsas de uma área na reserva dos Uru-Eu-Wau-Wau, no município de Jaru (distante cerca de 200 km de Porto Velho) começaram a voltar em pequenos grupos para as terras que ocupavam, mediante medida cautelar que garante a permanência dos agricultores nos lotes. (O ESP - 14/08/88)

Igrejas repudiam os mercadores da fé na Constituinte

Foto: João Roberto Ripper



Representantes das igrejas evangélicas e católicas falam sobre os parlamentares que trocam votos por favores pessoais.

Representantes de sete igrejas evangélicas e da Igreja Católica se reuniram dia 15 de agosto na Associação Brasileira de Imprensa - Rio de Janeiro - para manifestar seu repúdio à ação da maioria dos constituintes evangélicos, que vêm sendo acusados de receber favores em troca de seu apoio a projetos de grupos e do próprio governo federal. "Em face da enorme repercussão alcançada com a reportagem publicada no Jornal do Brail", declarou o Rev. Zwinglio Mota Dias, representante do Conselho nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e secretário geral do CEDI, "estamos reunidos para resgatar o termo 'evangélico', porque ele representa muito os cristãos - católicos e protestantes - e não podemos vê-lo associado a atitudes políticas fisiologistas e irresponsáveis a que estamos assistindo".

Presidido pelo bispo metodista Paulo Lockman, o encontro foi tumultuado pela presença dos deputados e pastores João de Deus Antunes (PTB-RS) e Salatiel Carvalho (PFL-PE) que, sem terem sido convidados, interrompiam as preleções para protestar.

Paulo Ayres Mattos, presidente do CEDI e bispo metodista no Nordeste, enfa-

tizou que é necessário que se instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apurem de forma séria as acusações feitas. "Se alguns dos deputados forem considerados culpados por infringir as regras da decência e do decoro parlamentar, que seus mandatos sejam cassados, não somente para resgatar o nome 'evangélico' mas também o exercício da democracia neste país".

A atual Confederação Evangélica do Brasil foi alvo de sérias críticas por parte do Pastor José Carlos Torres, da Igreja Batista do Méier. Segundo ele, os evangélicos devem esgotar todos os seus recursos para por fim a essa Confederação, "porque ela não é legítima nem é continuação daquela que existia, porque foi construída através de acordos às escondidas sem a participação das igrejas".

A reunião na ABI foi a primeira iniciativa, a partir da qual os líderes das igrejas a nível nacional deverão tomar providências nos próximos dias, com o pronunciamento oficial do CONIC, que representa a maioria das igrejas evangélicas. (Programa de Assessoria de Pastoral Protestante).

Vendedor de voto sem vergonha

Durante os discursos, falou-se de tudo. O Bispo Paulo Aires, da Igreja Metodista do Nordeste, pediu apuração rigorosa dos fatos e cassação dos mandatos. O representante da Igreja Congregacional, Ari Madureira, preferiu pedir "3 dias de luto nacional pela vergonha dos atos desses evangelhistas". D. Mauro Morelli, Bispo de Caxias, e representante da Igreja Católica, lembrou que "reduzir o Evangelho a uma ideologia é blasfêmia".

Os ânimos se exaltaram com a chegada dos evangélicos-constituintes (sem serem convidados) João de Deus (PTB-RS) e Salatiel de Carvalho (PFL-PE). O bate-boca teve início e João de Deus - o mais exaltado, comendo vários tabletes de chocolate sem parar - chegou a chamar uma das ovelhas para "brigar lá fora". Mas indignação mesmo ele causou ao falar sobre dois pontos críticos: fisiologismo e Reforma Agrária:

- Eu sou mesmo fisiologista. Mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo (trocar o voto por interesses pessoais). Só que eu faço com o moral elevado - disparou João de Deus.

Sobre seu voto contrário à proposta da Reforma Agrária, que previu a desapropriação de terra produtivas abandonadas, foi taxativo:

- Ora essa! Se eu, por exemplo, herdo uma terra produtiva, mas não quero cultivá-la, por quaisquer razões, como falta de capital, por que vão me tomar essa terra? O que é meu, é meu, e ninguém me toma. E não sou de esquerda e tudo que é de esquerda é contra mim - assegurou o pregador da divisão social.

Chocolate

A essa altura, o último chocolate do deputado já havia derretido e escorria pela sua mão. Chamado de idiota pelo Pastor Mozart, da Igreja Luterana, respondeu que "idiota é a... é a...", deixando incompleta a frase. Berrou que o Centrão não existia, foi bombardeado com risos debochados e acusações de policial e fechou com chave de ouro:

- Sou policial sim! Fui delegado de Polícia durante 26 anos em Porto Alegre, saí fugido de lá, mas nunca prendi ninguém. Fui para lá (Congresso) para fazer fisiologismo mesmo". Em nome de Deus. (O Dia - 16/08/88)

O que pensam os líderes evangélicos

* "Nós, evangélicos, estamos há 150 anos no Brasil com a bandeira da democracia, da liberdade, da justiça e não vai ser agora neste instante que a nossa comunidade evangélica vai ser humilhada da forma como tem sido". (Paulo Ayres, presidente do CEDI e bispo metodista no Nordeste)

* "A liderança evangélica das diversas comunidades deveria proclamar um ou três dias de luto nacional pela maneira terrivelmente chocante como têm atuado alguns constituintes evangélicos". (Pastor Ary Madureira, Igreja Congregacional)

* "Nós esperávamos que os evangélicos na Constituinte fossem arautos da liberdade e da justiça, mas foram eles mesmos

que votaram em peso contra a reforma agrária e que impediram que avanços na vida do campo acontecessem". (Pastor José Carlos Torres, Igreja Batista do Méier)

* "A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil não se sente representada por nenhum deputado que se diga evangélico e sem por aqueles que tenham condições de representar os interesses dos segmentos mais fracos e mais pobres que não têm condições de se expressar". (Rev. Renatus Porath, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

* "É uma maldição usar a palavra 'evangélico' quando ela é apropriada indebitamente, de forma escandalosa, como a gente tem visto". (D. Mauro Morelli, Igreja Católica - Diocese de Caxias)

Trabalhadores preparam campanha salarial única

As principais categorias de trabalhadores do País - metalúrgicos, bancários e petroleiros - estão articulando uma campanha salarial unificada neste segundo semestre, como estratégia para fortalecer seu poder de pressão nas negociações que já começaram isoladamente com suas respectivas empresas.

A campanha salarial unificada vai ter como ponto principal de mobilização o Dia Nacional de Luta, proposto pelos sindicatos e entidades estatais filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), para o dia 24 de agosto, e já aceito por várias categorias.

Banco do Brasil

A campanha dos bancários, cuja data base é 1º de setembro, reivindica 102% de reajuste e deve ser polarizada pelos funcionários do Banco do Brasil, que há menos de um mês fizeram sete dias de greve nacional para reivindicar o pagamento das URPs congeladas de abril e maio. A reivindicação não foi conquistada, pois era ponto de honra da política econômica do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mas os bancários do BB só voltaram ao trabalho depois que conseguiram o pagamento de dois salários mais um anuênio. O reajuste equivale à diferença remanescente da equiparação dos seus salários com o dos funcionários do Banco Central (40% de reajuste geral), que ainda está sendo julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As negociações da campanha salarial dos 60 mil petroleiros da Petrobrás começou oficialmente, no dia 17, quando pre-

sidentes dos 16 sindicatos de petroleiros do País estiveram no Rio para uma reunião com diretores da estatal. A categoria reivindica na campanha um reajuste de 220%, que equivale às perdas salariais acumuladas desde março de 1986, explica o Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mirth Xavier.

O reajuste reivindicado pelos petroleiros, que na campanha de 1987 pediram 88% e receberam inicialmente da Petrobrás uma contraproposta de apenas 4%, chegando finalmente em um acordo com 40%, já foi considerado antecipadamente pelo Diretor de Relações Industriais da Petrobrás, Flávio Chaves, como inviável.

Campanha unificada

A estratégia da campanha salarial unificada, defendida pela CUT, ainda não está aceita pelo Sindipetro - RJ, que é simpático à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), pois deverá ser submetida à aprovação em assembleia da categoria esta semana. Os sindicalistas ainda acham cedo, portanto, para prever a ocorrência de uma greve geral das categorias que estiverem em campanha no segundo semestre, o que poderá ocorrer isoladamente.

O movimento sindical do setor estatal, que se fortaleceu com a paralisação nacional que realizou nos dias 3 e 4 de maio deste ano em protesto contra o congelamento das URPs de abril e maio, pode contar também com a participação dos metalúrgicos, que têm data-base em 1º de outubro e ainda discutem suas reivindicações salariais. (O Globo - 15 / 08/88)



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade, analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Funcionários do Serpro fazem greve

O processamento de dados para a arrecadação tributária do Governo federal está suspenso, em todo o País, devido à greve deglagrada pelos 23 mil funcionários do Serpro, empresa responsável por este serviço. Dia 10 eles aderiram ao movimento nacional decretado no dia 8 pelos funcionários da Dataprev, que reivindicam reajuste salarial de 102%.

O movimento paralisa o processamento da arrecadação de impostos pela Receita Federal e o movimento das cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal.

No Rio, cerca de 600 funcionários da Dataprev, Serpro e Datamec, decidiram dia 10, em assembléia no Centro Comunitário do Metrô, continuar a greve na Dataprev, começar a greve no Serpro e votar a greve na Datamec em nova assembléia.

Uma tumultuada assembléia na escadaria do Ministério da Fazenda, dos funcionários da Casa da Moeda, que continuam em greve, foi suspensa dia 10, devido a uma tentativa de linchamento de dois moedeiros que, exaltados, propunham a volta ao trabalho. (O Globo, 11/08/88)

Processadores protestam ao som da Xuxa

Xuxa tomou o lugar de Geraldo Vandré nos refrões dos manifestantes. Na concentração dos servidores da Dataprev e Serpro, realizada dia 15, em frente ao Ministério da Fazenda, no Centro do Rio, o coro cantava paródias de músicas gravadas pela apresentadora, que servirão de bandeira na greve nacional que ameaça para o processamento de dados do País.

Depois de 1 hora de concentração em frente ao Ministério da Fazenda, o comando de greve dos trabalhadores em empresas de processamento colocou a situação do movimento nos outros Estados, e falou sobre a greve branca da Datamec, no Rio,

e a repressão sofrida pelos servidores da empresa no Rio Grande do Sul.

As 15 horas, a concentração partiu em passeata, puxada por quatro batedores de motocicletas, seguidos por um caminhão de som e uma banda. Organizados em assembléia, os funcionários da Dataprev e Serpro decidiram continuar em greve até que suas reivindicações sejam atendidas.

Os 1.300 funcionários da Datamec do Rio continuam em greve branca, comparecendo ao local de trabalho, batendo ponto e permanecendo de braços cruzados dentro da empresa. (O Dia - 16/08/88)

Funcionários não querem privatização da Cobra

Cerca de 250 funcionários da Cobra fizeram manifestação no Centro do Rio, dia 15, contra a privatização da empresa, que irá a leilão no próximo dia 23 de novembro, segundo Bráz Magno Silva, presidente da associação de funcionários da estatal. Única empresa do Governo na área de informática, a Cobra é "amadurecida tecnologicamente com reserva de mercado desenvolvida", frisou ele. A desestatização ameaçaria a soberania nacional e a economia de divisas, ressaltou.

Em caravanas, os funcionários pre-

tendem ir a Brasília buscar apoio do Ministro da Ciência e Tecnologia e dos constituintes, informou Bráz Magno. Segundo ele, das empresas de informática, a Cobra foi a que recebeu menos verbas do BNDES - um dos seus acionistas - ficando reservado ao mercado privado os maiores investimentos. Com salários 80% inferior ao das empresas particulares, a estatal vem perdendo mão-de-obra, somadas às demissões em decorrência da última greve. Os empregados ameaçam aderir à paralisação nacional marcada para o dia 24 de agosto. (O Dia - 16/08/88)

Governador do Paraná enfrenta primeira greve em sua administração

O governador do Paraná, Alvaro Dias, que ainda não havia enfrentando greves em sua administração, foi à televisão no domingo à noite para pedir aos pais que não apoiem a greve iniciada sexta-feira pelos 65 mil professores estaduais e mandem seus filhos à escola. Segundo o comando de greve, a atitude do governador contribuiu para a paralisação, que atingiu 70% das escolas do estado. Já a Se-

cretaria de Educação acusou a paralisação de apenas 20% das escolas.

O governador ameaçou de demissão aos grevistas e pediu aos pais que denunciem a direção de cada escola ao núcleo da Secretaria de Educação mais próxima, garantindo que o estado vai substituir os grevistas em cada sala de aula. (JB - 09/08/88)

Chega ao fim a greve dos Correios

Terminou a mais longa greve dos funcionários das Empresas Brasileiras de Correios e Telégrafos (ECT), que durou praticamente um mês. Dia 11, os funcionários retornaram ao trabalho de recebimento e distribuição de correspondência. A decisão de suspender a greve foi tomada em assembléia realizada na Praça da Sé, em São Paulo, da qual participaram cerca de 1.500 trabalhadores.

Em Brasília, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, determinou a formação de turnos extras, inclusive aos sábados e domingos, em todos os setores da ECT em São Paulo, para que 11,5 milhões de objetos postais acumulados com a greve sejam entregues rapidamente.

A orientação foi transmitida ao Presidente da EBCT, Joel Rauber, tão logo o Ministro tomou conhecimento do encerramento da greve. O Ministro das Comunicações autorizou o pagamento de horas extras e manteve a determinação de não readmitir os grevistas e a de descontar os dias parados.

O comando de greve determinou que os 1.050 funcionários demitidos também comparecessem aos locais de trabalho e se apresentassem a sua chefia. O portavoz do movimento, Mauro Puerro, advertiu que sem os demitidos a ECT levará seis meses para normalizar o serviço, tempo

necessário para treinar o novo pessoal contratado. Os Correios possuem em São Paulo 6 mil trabalhadores.

"Voto de confiança"

A decisão de suspender a paralisação foi apresentada como "um voto de confiança" ao ministro do Trabalho. Em reunião com os representantes dos grevistas dia 9, em Brasília, Pazzianotto teria prometido encampar as reivindicações restantes desde que os funcionários da ECT retornassem ao trabalho. Os grevistas propunham o cancelamento das demissões, com liberação dos direitos trabalhistas aos que desejassem sair da empresa, e o desconto de um terço dos dias parados, com pagamento normal do período restante. Durante a greve foram admitidos 850 novos funcionários.

O movimento iniciado no dia 11 de julho causou prejuízos estimados pela ECT em CZ\$ 800 milhões, com a retenção de cerca de 14,5 milhões de volumes nos centros de triagem e distribuição da empresa. A assembléia dia 10 aprovou também um calendário de mobilização que prevê reuniões e manifestações durante os próximos dias para pressionar a empresa a negociar as reivindicações pendentes. (O Globo e FSP - 11/08/88)